

ATIVIDADE HUMANA: COMPREENDENDO A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

HUMAN ACTIVITY: UNDERSTANDING THE WORK IN CONTEMPORARY

Louisianne Barros de Siqueira¹ Olivia Lima Guerreiro de Alencar² Cássio Adriano Braz de Aquino³

Resumo

Tendo por objetivo estabelecer articulações com os emergentes modelos das relações entre sujeito e trabalho, de forma especial no contexto brasileiro, o presente artigo compõe uma reflexão teórica onde são desenvolvidas algumas correlações conceituais de autores clássicos como Hegel, Marx, Vygotsky e Leontiev e autores mais contemporâneos que transitam na área das ciências sociais e psicologia como Codo, Antunes, Aquino. Subsidiando uma análise mais pragmática dessa vinculação entre sujeito, atividade e trabalho na contemporaneidade, toma-se o referente das políticas públicas fomentadoras do empreendedorismo, através das recentes leis brasileiras de apoio ao empreendedor individual, e as contribuições da Psicologia Social do Trabalho para aprofundar os paradoxos e possibilidades da transformação do território laboral.

Palavras-chave: Trabalho; atividade; empreendedorismo.

Abstract

Having as main goal to establish articulations with the emergent models of the relations between subject and work, in a special way in the Brazilian context, the present article composes a theoretical reflexion where are developed some conceptual correlations of classical authors such as Hegel, Marx, Vygotsky, Leontiev and more contemporary authors that pass through the social sciences and psychology like Codo, Antunes, Aquino. Supporting a more pragmatic analysis of this bond between subject, activity and work in contemporary times, taking the public policies that promote entrepreneurship as reference, through the recent Brazilian laws of support to the individual entrepreneur, and the Social Work Psychology's contributions to consolidate the paradoxes and the possibilities of transformation in the labor territory.

Keywords: Work; activity; entrepreneurship

¹Mestranda em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - contato: louipsi@gmail.com

²Mestranda em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, avenida Godofredo maciel, 1242, apartamento 202B Maraponga, Fortaleza, Ceará - contato: oliviaguerrero@yahoo.com.br

³Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor do programa de pós-graduação em Psicologia pela UFC
contato: Brazaquino@ufc.br

1 - INTRODUÇÃO

As relações entre o homem e o trabalho têm tido consideráveis mudanças ao longo da história. Pode-se, portanto, trilhar os caminhos que a concepção sobre o trabalho humano percorreu até configurar-se nesta “[...] nova morfologia ou polissemia do trabalho” contemporânea, conforme salienta Antunes. (2006, p. 13). É bem verdade, que múltiplas dimensões devem ser consideradas, analisando-se a evolução das relações homem e trabalho, suas transformações e implicações sociais. Mas, é importante considerar que a gênese dos parâmetros atuais que permeiam o trabalho é longínqua e que estas raízes epistemológicas podem ser compreendidas a partir, principalmente, dos movimentos filosóficos e sociais que constituíram a instauração da Modernidade.

Quando a humanidade estabeleceu uma nova centralidade norteadora do pensamento humano, distanciando-se das estruturas medievais antes influenciadas fortemente pela religiosidade e pela dominância da Igreja sobre o Estado, ela passou a vislumbrar uma nova ordem social em que o homem concebe a si mesmo como protagonista de sua história, ou seja, “[...] a idéia de Modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada”. (Touraine, 1994, p. 18).

O surgimento da Modernidade coincide com a emergência desta nova concepção, ou seja, como diz Hall (2001),

[...] O nascimento do indivíduo soberano, entre o humanismo renascentista do século XVI e o iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da modernidade em movimento. (p. 25).

Vale salientar que, o Iluminismo traz a influência conceitual contra “[...] toda forma de autoridade que não seja submetida à razão e à experiência, ou que não possa justificar-se racionalmente”. (Marcondes, 2008, p. 208).

Desta forma, o homem como senhor de si mesmo passou a ganhar cada vez mais ênfase, fortalecendo uma sociedade em que a racionalidade se posicionou em oposição à obscuridade, ou ignorância, advinda de condições de opressão ou corrupção. A independência e a liberdade do pensar humano se estabelecem na história, a partir da Modernidade que passa a caracterizar-se essencialmente por esta emancipação e que irá repercutir no desenvolvimento das ciências, filosofias e também, de forma destacada, do trabalho.

Um dos fatores primordiais desta denominada Modernidade é exatamente a racionalidade que permeia a lógica do trabalho, assim como de toda a ordem da sociedade (Touraine, 1994). Além disso, o protagonismo do homem na construção do próprio conhecimento é considerado por muitos autores, como fator essencial desta nova concepção humana, social e científica sobre os fenômenos humanos. É inegável, a contribuição de Marx e de Engels acerca do pensamento sobre as relações entre o homem e o trabalho, considerando-o como o aspecto que diferencia os seres humanos dos animais. (Duarte, 2001; Antunes, 2006; Valsiner & Veer, 1996).

A concepção realista, concreta e histórica de Marx também trouxe influências importantes sobre a economia, a política e as emergentes ciências sociais, dentre as quais a psicologia russa, denominada histórico-cultural. Suas idéias deram ênfase ao materialismo como elemento fundamental e propulsor da história humana.

Uma das influências do pensamento de Karl Marx para a sociedade e a Psicologia é estabelecer o trabalho como atividade humana fundamental e criticar as re-

lações numa perspectiva econômica ou do capital. Suas idéias contribuíram para uma concepção de ciência social capaz de compreender o ser humano como um protagonista ativo que constrói dialeticamente sua subjetividade a partir das relações sociais, econômicas e culturais num determinado momento histórico.

Tomado no contexto da contemporaneidade, o trabalho está associado à efemeridade, transitoriedade, descontinuidade e caos, ampliando as discussões teóricas acerca das questões relativas à identidade profissional (Soares, Krawulski & Coutinho, 2007; Grisci, 2002; Antunes, 2006). Estes aspectos sócio-econômicos, incluídos no fenômeno da globalização, dentre estes a precarização do trabalho, impeliu o homem para uma postura cada vez mais reflexiva, como nos salienta Giddens (1994).

Nesta visão, entende-se como condição importante para uma “Psicologia Social do Trabalho” compreender que as novas formas de trabalho contribuíram para o surgimento, por exemplo, do desemprego estrutural como realidade a ser vivida. Assim, “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem das vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural”. (Antunes, 2006, p. 13). Em contrapartida, aqueles ainda inseridos nas organizações formam um contingente de sujeitos subjugados a jornadas intensas de trabalho, modelos de gestão permeados pela avaliação contínua de resultados e competitividade, propiciando um distanciamento cada vez maior da subjetividade e das relações solidárias no contexto laboral (Dejours, 2004; Aquino, 2007; Nardi, 2006). Contudo, embora se esteja vivendo na contemporaneidade, a problemática das relações sociais e do trabalho, considera-se que:

[...] O trabalho está, portanto, menos no centro e, em termos paradoxais, mais no centro. Menos, no centro

porque a vida profissional faz dele a parte de um todo que o ultrapassa amplamente. Mais no centro porque ele deve oferecer agora a cada um o poder de fazer algo de sua própria vida, de ser sujeito de sua história. (Clot, 2007, p. 73).

Ao aliar a importância histórica das mudanças sociais à constituição da vida psíquica, percebe-se a relevância do trabalho enquanto atividade humana primordial no contexto da modernidade e, mesmo diante de paradoxos e contradições, reconhece-se que:

[...] O trabalho permanece como referência central, não só em sua dimensão econômica, mas também quando se concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico, fato perceptível quando se analisam as reações daqueles que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego, do não-trabalho, do não-labor. (Antunes, 2006, p. 13).

Overjero (2010) contextualiza a evolução do conceito de trabalho ao longo da história da humanidade, associando-o ao desenvolvimento do capitalismo. Na visão marxista, o trabalho é visto como um centro norteador da sociedade. Sob essa influência, no contexto da revolução russa, Vygotsky construiu os fundamentos da psicologia histórico-cultural. O surgimento da “Psicologia histórico-cultural”, ancorada nas idéias de Marx, encontra suas raízes hegelianas na construção de conceitos fundamentais como a dialética, o trabalho e a contribuição social na formação da consciência humana. Nascimento Jr (2000), argumenta que Marx e Engels reelaboram o método dialético, estruturado por Hegel, tomando por base o materialismo ingênuo decorrente dos princípios iluministas.

Ao resgatar o conceito da dialética, que teve sua origem na antiguidade entre os pré-socráticos, Hegel e posteriormente, Marx e Engels, a utilizam para compreender o homem da Modernidade em suas dimensões e complexidades. Neste artigo, pretendem-se discutir algumas correlações conceituais presentes na evolução do conceito de atividade e trabalho, compreendidos a partir do pensamento de Hegel, Marx, Vygotsky e Leontiev, além dos trabalhos de Codo e colaboradores, estabelecendo articulações possíveis com os emergentes modelos das relações entre sujeito e trabalho no Brasil. As políticas públicas fomentadoras do empreendedorismo, através das recentes leis brasileiras de apoio ao empreendedor individual, ganham destaque como uma das atuais vinculações entre sujeitos, atividade e trabalho na contemporaneidade, analisadas a seguir.

2 - AS RAÍZES HEGELIANAS DO MATERIALISMO-HISTÓRICO: OS CONCEITOS DE DIALÉTICA E HISTORICIDADE

Hegel, considerado um dos mais importantes filósofos alemães do século XIX, é o pensador que propõe uma visão da realidade que não se encontra numa condição de estabilidade, mas antes, que se estabelece num constante processo de desenvolvimento, como enfatiza Magee (1999). Essa é uma evidência dos modelos de inserção laboral encontrados na contemporaneidade. Giddens (1994), Nardi (2006) e Antunes (2006), dentre outros, apontam que a reestruturação do mundo do trabalho ocorre conjuntamente com o fenômeno da globalização, nascido sob as políticas capitalistas e neoliberais do nosso tempo. Estas estruturas sócio-econômicas interferem diretamente nas formas de subjetivação e na organização do trabalho em termos mundiais. A perspectiva de que o ser humano não se dissocia de sua realidade e de seu tempo histórico é notadamente concebida por He-

gel. A historicidade é um paradigma que irá influenciar o pensamento de diversos outros filósofos, inclusive, os do denominado materialismo-histórico, como Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Max Stirner, dentre outros, considerados hegelianos de esquerda. A percepção de Hegel sobre o homem constitui-se numa perspectiva mais moral do que material, não concebendo o espírito como emergente da natureza inanimada, mas sim como sujeito de seu processo histórico que constitui a realidade.

As idéias hegelianas valorizaram, em sua concepção de formação da consciência, uma tríplice dialética, envolvendo três elementos básicos, de acordo com Marcondes (2008):

[...] 1) As relação morais, isto é, a família ou a vida social; 2) a linguagem, ou os processos de simbolização; 3) o trabalho, ou a maneira como o homem interage com a natureza para dela extrair seus meios de subsistência. (p. 224).

Os denominados hegelianos de esquerda, dentre os quais, destaca-se Marx, valorizaram prioritariamente o último elemento citado em seus escritos. Estes adotaram esta perspectiva dialética e de historicidade, submetendo-a a ótica do materialismo como centro norteador das relações sociais e humanas. O trabalho, segundo Marx, é fator fundamental da vida humana. Suas idéias formam uma concepção concreta do homem, distanciando-o da visão mais subjetiva proposta por Hegel. Segundo Marcondes (2008):

A crítica de Marx a Hegel, e aos hegelianos, diz respeito fundamentalmente a seu idealismo. A interpretação hegeliana do processo histórico e da formação da consciência se restringe ao plano das idéias e re-

apresentações, do saber e da cultura, não levando em conta as bases materiais da sociedade em que este saber e esta cultura são produzidos e em que a consciência individual é formada. (p. 233).

A obra mais influente de Marx, denominada: “*O capital*”, tornou-se um dos livros mais destacados da história da humanidade (Magee, 1999). É importante salientar que, sobre esse aspecto, Marcondes (2008) nos diz:

[...] A questão central da análise de Marx passa a ser, portanto, o trabalho, questão, aliás, praticamente ausente da análise dos filósofos desde a antiguidade. O trabalho é uma relação invariante entre a espécie humana e seu ambiente natural, uma perpétua necessidade natural da vida humana. (p. 234).

As origens hegelianas dos conceitos de dialética e historicidade, aos quais Marx notadamente associa sua visão materialista do homem e da sociedade, estão presentes no nascedouro da denominada psicologia histórico-cultural da mente. Em Hegel, encontra-se a noção de dialética como método de ampliação do conhecimento e interação com os diversos aspectos da sociedade, assim como a devida valoração da perspectiva histórica na evolução das sociedades, deixando o legado da concepção de mudança enquanto processo. A influência do pensamento de Hegel e Marx sobre a concepção de consciência humana nos estudos posteriores das ciências sociais e da psicologia é considerada relevante, pois como afirma Lopes (2002):

Seguindo trajetórias paralelas, os registros da consciência do sujeito, que possui a faculdade de síntese

ou conhecimento, foram descritos e analisados pela Sociologia, a Ciência Política e a História, influenciadas pelas reflexões de Hegel, Marx e outros, que procuraram conhecer o homem na razão de sua história ocidental, movida numa ordem de relações temporais marcada pela contradição. (p. 14).

A contribuição de ambos, Hegel e Marx, no desenvolvimento de uma psicologia essencialmente histórica, cultural e dialética diferencia-se pela perspectiva com que argumentam sobre o próprio homem e o trabalho. Segundo Méda (1998, citado por Bernal, 2010),

[...] O conceito de trabalho fica, desta forma, consideravelmente transformado e enriquecido por Hegel, já que designa a mesmíssima atividade espiritual, a essência da história da humanidade, que é atividade criadora e autoexpressão. Com isso Hegel está destacando a contribuição específica do século XIX: a construção de uma essência do trabalho, isto é, de um ideal de criação e de autorrealização. Marx e parte dos idealistas considerarão este ideal como a verdadeira essência do trabalho e a compararão com o trabalho real da época: o resultado será a configuração do esquema utópico do trabalho. (p. 26).

Herda-se, portanto, uma psicologia histórico-cultural originada pela concepção concreta e materialista do ser humano, o olhar marxista, sem deixar de vislumbrar que o método dialético e a historicidade advêm de Hegel. Estas distintas visões deixaram as suas marcas, como pegadas epistemológicas, em Vygotsky e na sua defesa de uma psicologia não positivista, mas notadamente concreta e social.

3 - A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: TRABALHO E ATIVIDADE

A psicologia histórico-cultural proposta por Vygotsky nasce num contexto de questionamentos. A crise da Psicologia e a proposta de um novo método que fosse capaz de assegurar a conciliação de uma cientificidade na abordagem da vida psíquica, sem o reducionismo das abordagens positivistas ou naturalistas dominantes, foi alvo do pensamento e das propostas conceituais concebidas por esta escola.

Vygotsky (1989), influenciado pelo pensamento materialista-histórico de Marx, dentre outros, propõe que o desenvolvimento psíquico humano constitui-se como processo não desvinculado do mundo real, social e histórico do qual o sujeito está inserido. Desta forma, Vygotsky (1989) acrescenta,

[...] A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana. É a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana. Até agora, conhece-se apenas um esboço deste processo. (p. 63).

São amplamente reconhecidas as influências do pensamento de Marx sobre as idéias de Vygotsky, além da influência de categorias da dialética de Hegel sobre Marx (Fittipaldi, 2006). A contribuição marxista, notadamente voltada para as relações sociais sob o ponto de vista político e econômico, além de materialista, não se constituem conceitos diretamente centrados na subjetividade a que se destinam os estudos em psicologia. Desta forma, a própria ênfase dada por Vygotsky à linguagem, percebe-se que encontra raízes hegelianas ao se considerar que, entre os três elementos dialéticos de Hegel, também encontra-se a linguagem e os processos de simbolização. (Marcondes, 2008, p. 224).

Segundo Leontiev (1983), a psicologia soviética, produzida na década de 20, contrapunha-se ao pluralismo metodológico mundial, quando delineou um caminho capaz de mergulhar na natureza real do psiquismo, a consciência do homem. Durante o período de 1924 a 1934, foram realizadas as principais pesquisas, que resultaram em um corpo conceitual e teórico tal que permitiu a rápida ascensão do nível da psicologia soviética, reconhecida pela busca do domínio das concepções marxistas-leninistas, em oposição ao viés idealista, mecanicista e biologizantes de outros referenciais da ciência psicológica em desenvolvimento.

Libâneo (1990) aponta dois momentos iniciais da construção da teoria histórico-cultural da mente humana, onde chama esse grupo de estudiosos soviéticos de ‘elite de pesquisadores da antiga URSS’, destacando dentre eles, além de Vygotsky, Leontiev e Luria. Num primeiro momento, esses pesquisadores foram responsáveis por lançar as bases teóricas deste novo referencial de psicologia, desenvolvendo estudos nas mais diversas temáticas, como origem e desenvolvimento do psiquismo, processos intelectuais, emoções, consciência, atividade, dentre outros. É no segundo momento que são desenvolvidos os principais estudos a cerca da atividade humana, referenciados no aporte teórico marxista, de onde surge a “Teoria da Atividade”.

O conceito de atividade humana, desde cedo, foi temática central na construção da psicologia proposta por Vygotsky e seus seguidores. Já Leontiev contribuiu para seu delineamento e aprofundamento dentro da teoria histórico-cultural da mente. Esta segue atual e ainda hoje norteia trabalhos em diversas regiões do mundo, tais como a “Psicologia do Trabalho Francesa” e a “Psicologia Social Latino-americana”, por exemplo.

Para Vasquez (1977), é importante diferenciar a atividade humana da atividade natural, que em sua definição mais

corriqueira, é vista enquanto ação, ou ato de fazer ou buscar algo. Então, as abelhas construindo sua colméia, o coração batendo e levando sangue às regiões do corpo, ou um tremor de terra, distinguem-se da atividade humana de planejar a construção de sua moradia, por exemplo. Esta constitui uma ação essencialmente humana, sua práxis.

Marx, ao propor o conceito de atividade, assegurou-lhe um profundo caráter materialista ao afirmar que a mesma, em sua faceta inicial e principal, é atividade prática e sensível, através da qual o homem entra em contato com o mundo que o rodeia, influenciando e sendo influenciado por ele, experimentando-o e sujeitando-se aos limites por ele impostos. Esta foi, então, a grande transformação delineada por Marx na teoria do conhecimento, onde a prática humana é colocada como a base do conhecimento. (Leontiev, 1983).

Nas palavras de Leontiev (1983): “[...] não consiste em identificar a prática com o conhecimento, senão que o conhecimento não existe fora do processo vital, que por sua natureza própria é um processo natural e prático”. (p.15).

Portanto, o reflexo psíquico da realidade emerge e se desenvolve no processo de construção das relações concretas das pessoas com o mundo ao seu redor, que se utilizam da atividade cognitiva. Ele exerce uma influência inversa sobre seu desenvolvimento. Essa compreensão é decisiva para emergência da noção de trabalho.

Parte-se da noção marxista de atividade, enquanto ação consciente, criativa e transformadora, capaz de garantir a apropriação da natureza pelo homem, produzindo suas formas de viver e organizar-se socialmente, assegurando sua sobrevivência. (Marx, 1975, citado por Góis, 2005).

Leontiev (1983) afirma que a análise psicológica da atividade visa criar unidades de análise na ciência psicológica, capazes

de constatar a inseparabilidade do reflexo psíquico da realidade dos aspectos que a atividade humana produz, mediados por ele.

A relevância do trabalho de Leontiev está longe de reduzir o mérito das contribuições dos demais pesquisadores soviéticos, que se debruçaram nestes estudos imbuídos de finalidades, algumas comuns, e chegaram a conclusões que interagiram, de modo a construir coletivamente uma nova teoria psicológica, mas principalmente, como afirma Codo (1984), por ter exposto com clareza e sistematizado a “dupla relação homem-mundo como elemento de constituição da psicologia [...]”. (p. 85).

Leontiev (1983) afirmou que é na relação ativa do sujeito com o objeto, que a atividade se concretiza por meio de ações, operações e tarefas, suscitadas por necessidades e motivos. Ele se preocupou especialmente com o conceito de internalização e com o papel da cultura no desenvolvimento das capacidades humanas. Entende que uma atividade distingue-se de outra pelo seu objeto e se realiza nas ações dirigidas a este objeto.

Galperin (1982, citado por Góis, 2005) afirma que a atividade possui função orientadora, além da função de mediação. Esta se realiza, pois, ao integrar a ferramenta ao símbolo, vai do concreto ao abstrato e cria condições para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Orientadora, enquanto norteadora permanente da ação de transformação do homem no mundo, controlando-a e regulando-a durante seu desenvolvimento. Essa atividade vai levar à compreensão do trabalho na contemporaneidade.

4 - DA RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE E TRABALHO

Sabe-se que a categoria trabalho é histórica tanto quanto é o homem. Pelo trabalho, o homem transforma a natureza e

transforma a si próprio, numa relação dialética entre teoria e prática, produzindo um processo histórico.

Na antiguidade, o trabalho na terra possuía valor e prestígio, pois estabelecia um elo com a divindade, que rege a fertilidade da terra e os ciclos naturais. De maneira semelhante, entre os artesãos, a divisão do trabalho existia com vistas à qualidade do produto e por causa da diversidade das capacidades e dons, e não tinha como foco privilegiado a produtividade. O artesão era livre para organizar seu trabalho quanto ao plano, começo, forma, técnica e tempo. Ao trabalhar, aprendia e desenvolvia seus conhecimentos e habilidades, que impregnavam todo seu modo de viver. (Dimatos, 1999).

O conceito de trabalho só passou a ocupar um lugar de destaque no espaço da reflexão teórica nos dois últimos séculos. Antes disso, os estudos lhe concederam uma posição de fenômeno secundário. (Borges & Yamamoto, 2004).

A partir do século XVI, com a sistematização dos métodos de produção, as condições de trabalho do homem vieram a ser estudadas cientificamente. Com a desestabilização crescente do sistema feudal, a abertura do comércio e, conseqüentemente, o fortalecimento da burguesia, a partir desse século, o processo produtivo começou a sofrer várias modificações. A industrialização produziu um trabalhador independente do senhor feudal, reorganizou a divisão social do trabalho e criou as classes assalariadas. (Silva & Aquino, 2004). A partir dessa época, dá-se início às evoluções da sociedade trabalhista, pois se desenvolve a autonomia do trabalhador, assim como sua qualificação com a chegada das indústrias.

No mundo do trabalho existem muitas formalidades, acerca da natureza do que o homem faz, onde se tem constatado uma complicada classificação das profissões e ocupações. Este contexto parece dar

base à estruturação das diferentes formas de organização do trabalho, colaborando com o surgimento das formas diversas de contrato de trabalho nas quais estão envolvidos: empregados, patrões e autônomos. (Borges & Yamamoto, 2004).

No entanto, a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, várias mudanças no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na ordem produtiva, nas formas de ação sindical e política. Foram tão consistentes as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais intensa crise deste século, atingindo não só a sua materialidade, mas promovendo severas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis. A partir dessa época, começa-se a perceber uma revolução no e do trabalho. (Antunes, 2006).

Antunes (2006) afirma ainda que, no capitalismo contemporâneo, houve uma múltipla processualidade, em que de um lado, constatou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, onde houve uma diminuição da classe operária, e de outro, aumenta-se o sub-proletariado precário e o assalariamento no setor de serviços, onde incorpora o trabalho feminino e exclui dos mais jovens e dos mais velhos.

Assim, o homem anseia pelo ato de produzir, contudo, a realidade sócio-política e cultural amortece, de certa forma, ou pelo menos não estimula essa tendência nos trabalhadores, implicando em uma desorientação no indivíduo, enquanto ser que realiza.

Portanto, além de propiciar a realização do homem como ser biológico, o trabalho traz, em seu conteúdo, outro objetivo, qual seja, o de favorecer essa realização no nível psicológico. Para o alcance desse segundo objetivo, contudo, é necessário que o trabalho seja simultaneamente meio e fim: meio, na medida em que o seu produto provê a subsistência individual e a produção

social; e fim, enquanto capaz de proporcionar, em algum grau, a auto-realização e o crescimento dos indivíduos como seres humanos (Dimatos, 1999).

Sabe-se que o aparecimento do trabalho e, a partir dele, da sociedade, produziu o homem de hoje. Portanto, o trabalho, enquanto atividade do homem de apropriação da natureza e produção dos meios de satisfação de suas necessidades, construído social e historicamente, teve impacto claro sobre o processo de desenvolvimento do psiquismo humano. Engels (1975, citado por Leontiev, 1978) destaca que o trabalho criou o próprio homem, reforçando, assim, a relação dialética entre o desenvolvimento sócio-histórico e o desenvolvimento do psiquismo humano. (p. 69).

O aparecimento e o desenvolvimento do trabalho, condição primeira e fundamental da existência do homem, acarretaram a transformação e a hominização do cérebro, dos órgãos da atividade externa e dos órgãos dos sentidos. (Leontiev, 1978, p. 70).

Leontiev (1978) apoiou-se nas idéias de Engels para definir o trabalho e a linguagem como estímulos essenciais no desenvolvimento do psiquismo.

Primeiro o trabalho, depois ele, e ao mesmo tempo que ele, a linguagem: tais são os dois estímulos essenciais sob a influência dos quais o cérebro de um macaco se transformou pouco a pouco num cérebro humano, que mau grado toda a semelhança o supera de longe em tamanho e em perfeição. (p. 70).

Por fim, Leontiev (1978) exemplifica seu pensamento com o processo de aperfeiçoamento da mão, órgão fundamental para o trabalho humano, possibilitado pelos desafios colocados por essa atividade de trabalho e sua adaptação às operações e tarefas específicas exigidas, em contínua mudança.

Vale ressaltar que, enquanto para Vygotsky, a linguagem, com sua dupla função: comunicativa e meio do pensamento, seria o significado da palavra, Leontiev vai um pouco à frente, ao propor a relação entre a estrutura da atividade e a estrutura da consciência, colocando como unidade de análise o motivo da ação e seu conteúdo, ou objeto, que se reflete na estrutura da consciência, enquanto sentido e significado. Destaca-se aqui que a relação entre o significado e o sentido é basicamente, portanto, mediada pela linguagem, produzida e reproduzida em sua prática social. (Duar-te, 2001).

Vásquez (1977) define o trabalho como atividade humana, orientada pela consciência, o que implica em um norte idealizado previamente, antes da ação propriamente dita. Assim, ela declara a inseparabilidade do trabalho de seu objeto e produto, alvos de sua ação.

Já Leontiev (1978) afirma que é no desenvolvimento sócio-histórico que a consciência humana se transforma qualitativamente. Ela deve ser considerada, portanto, no seu devir e na relação direta com os modos de viver, dependentes das relações sociais e do lugar que o indivíduo ocupa nelas.

Referindo-se ao que foi proposto por Leontiev, Codo (1984) sintetiza sua reflexão acerca das categorias atividade e trabalho, afirmando que “o desenvolvimento de uma psicologia concreta seria impensável sem a sistematização leontieviana da categoria atividade. Cada vez mais fica claro seu papel nodal na análise da dinâmica subjetividade / objetividade, que caracteriza cada gesto humano”. (p. 90).

Diante do que foi apresentado até aqui, acerca da relação das categorias, atividade e trabalho, em especial, pode-se entrever alguns aspectos. Conforme Codo (1984), a atividade, além de ser categoria central para a compreensão do homem, é presente em todas as formas de vida ani-

mal. Já o trabalho, na concepção marxista, é eminentemente humano. Vale ressaltar que, o trabalho é, portanto, uma atividade humana por excelência, no entanto, nem toda atividade é trabalho. Isto coloca a atividade como categoria geral, onde o trabalho se inclui como categoria específica. Em termos cotidianos, uma pessoa, ao dirigir seu carro e conduzir os filhos para a escola, está realizando uma atividade. Se estivesse dirigindo um transporte escolar, sua atividade se configuraria como trabalho.

Nesta perspectiva, o mundo contemporâneo e sua nova morfologia do trabalho trazem implicações relevantes, dentre outros aspectos, nas relações entre:

Atividade e Trabalho:

As relações entre atividade e trabalho têm se modificado dinamicamente. Muitas atividades estão adquirindo o sentido de trabalho e o que antes era uma atividade doméstica, lúdica ou informal, tem se transformado em carreiras emergentes. Isto ocorre como consequência da precarização dos postos formais de emprego e o surgimento de uma ampla diversificação de novas formas de trabalho em que proliferam incontáveis terceirizados, subcontratados, temporários, num grande contingente de trabalhadores informais (Antunes, 2006). No Brasil, algumas categorias profissionais, cujas carreiras são desenvolvidas sem vínculo formal, hoje são amparadas pelas políticas públicas que se constituem num mecanismo legal. Ele busca atenuar os efeitos sociais da precarização. A Lei Complementar Nº 128/2008 regulamenta a figura do microempreendedor individual, oportunizando atividades antes não reconhecidas formalmente como trabalho, o amparo de direitos trabalhistas e previdenciários mediante um registro simplificado de sua atividade profissional. Estão elencadas, entre as categorias aceitas para registro na nova lei, atividades profissionais como: mágico, carregador de malas, astrólogo, banhista de animais domésticos,

animador de festas, catador de resíduos recicláveis, cuidador de idosos e de enfermos, lavador de carros, panfleteiro, dentre outros. (Sebrae, 2008). A amplitude da abrangência da nova lei e sua repercussão sobre os fatores psicossociais dos trabalhadores pode ser ilustrada pelos dados estatísticos recentes divulgados sobre a taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA) no Brasil:

No Brasil, a TEA de 2010 foi de 17,5%, a maior desde que a pesquisa GEM é realizada no país, demonstrando a tendência de crescimento da atividade na população adulta brasileira de 120 milhões de pessoas. Isto representa que 21,1 milhões de brasileiros estavam à frente de atividades empreendedoras no ano. Em números absolutos, apenas a China possui mais empreendedores que o Brasil, a TEA chinesa de 14,4% representa 131,7 milhões de adultos à frente de atividades empreendedoras no país. (Greco et al, 2010, p. 36)

Este contingente cada vez crescente de trabalhadores representa a forma individualizada do trabalho que é estimulada pelo modelo sócio-econômico neoliberal e suas políticas de promoção dos “livres mercados”, como salienta Nardi (2006). Na perspectiva da psicologia histórico-cultural, compreende-se a complexidade das relações homem-trabalho-sociedade, onde são consideradas as estruturas do cenário laboral em suas relações com as diretrizes políticas, econômicas, sociais e psicológicas de seu tempo e lugar vivido. No Brasil, cujas políticas estimulam e apóiam o acréscimo de uma grande massa de trabalhadores individuais, informais e microempresários, as recentes pesquisas demonstram que:

Os empregados sem registro em carteira, os desempregados e as do-

nas de casa são categorias características do empreendedorismo por necessidade. São essas categorias que buscam uma alternativa de sobrevivência ou complementação da renda familiar no trabalho informal. (Greco; Friedlaender Júnior; Duarte; Rissete; Félix; Macedo; Paladino, 2010, p. 66).

A apologia da ideologia do empreendedorismo tem encontrado seus fracassos. O sujeito que empreende e busca alternativas de sobrevivência, diante do cenário do trabalho precarizado, sofre infortúnios, frustrações, decepções e perdas não só econômicas, mas provavelmente, depara-se com as mais difíceis de lidar: as consequências dos insucessos profissionais e a insegurança de suas próximas, mas inevitáveis, tentativas. Os efeitos que as pressões sócio-econômicas hoje exercem sobre este sujeito-trabalhador-precarizado ainda estão em plena discussão. (Antunes, 2006). O papel da psicologia social e do trabalho adquire, nestes termos, relevância, ao promover a compreensão crítica sobre os novos sujeitos advindos da nova morfologia do trabalho contemporâneo e suas debilidades. Algumas questões se delineiam e podem ser alvo de estudos posteriores, como: Quais as conseqüentes seqüelas psicológicas das frustradas tentativas de empreendedorismo profissional? Como os trabalhadores lidam com a pressão do discurso sócio-econômico que prolifera a ideologia de que todos podem ter “seu próprio negócio” ou todos são “potencialmente empreendedores?”. Estes mesmos trabalhadores dispõem de mecanismos sociais de apoio, ou orientação às suas tentativas de escolha de trabalho?

Aquino (2007) nos remete a considerar que:

Hoje em dia, não reconhecer a complexificação da categoria trabalho e excluir novas formas de inserção

laboral, que vão desde os serviços personalizados, até atividades precárias, típicas do mercado informal ou negro, é ter uma visão muito reduzida do fenômeno laboral. (p. 27)

Dejours (2004) salienta que as articulações possíveis entre as formas atuais e emergentes de inserção no mundo do trabalho e suas implicações na subjetividade humana estão, apenas, despontando. O sofrimento psíquico advindo dessa nova morfologia deverá promover reflexões profundas acerca do sentido do trabalho, pelo menos no que concerne a um trabalho contemporâneo em que o dinheiro e o consumo parecem ter mais valor do que a vida.

Subjetividade, Trabalho e Historicidade

Segundo Ribeiro (2009), Duarte (2009) e Nardi (2006), diversos autores têm problematizado as relações entre sujeito e trabalho, no que concerne às possibilidades de desenvolvimento de uma história pessoal ou trajetória de carreira no ambiente do capitalismo neoliberal contemporâneo. Na ótica da psicologia histórico-cultural, considera-se que “a subjetividade, antes de ser individual, é coletiva, social e histórica, e relaciona-se com o mundo que a cerca”. (Grisci, 2002). A historicidade permite vislumbrar a construção da relação homem-trabalho como processo contínuo, em que a construção da carreira é a própria construção da vida, através do trabalho (Savickas, 2009). Como salienta Duarte (2009), “é a história de vida que permite esta síntese de si e estabelece as pontes através das quais se passa de um emprego para outro, e até de uma profissão para outra”. Conforme Nardi (2006), pode-se “[...] entender

cada vida humana como a síntese vertical de uma história social. Mas, não se trata simplesmente de refletir o social; o indivíduo se apropria do social através de um processo de mediação”. (p. 75).

Ribeiro (2009) apresenta o conceito de carreiras como “construções psicossociais” e “sínteses possíveis da relação pessoa-mundo do trabalho”. As carreiras são “[...] vistas como microestruturas não infinitas, pois o pensamento dialético refere-se ao processo mais do que à estabilidade” (p. 209). A complexidade da construção da subjetividade na relação com o trabalho (enquanto identidade profissional), diante do atual mundo laboral é abordada por ampla literatura, como Soares, Krawulski e Coutinho (2007), Grisc (2002), Duarte (2009) e Nardi (2006), dentre outros. O cenário atual se encontra repleto de oportunidades associadas ao trabalho efêmero, oportuno, descontinuo e descompromissado em relação a garantias de proteção, estabilidade ou permanência. As alternativas de trabalho da contemporaneidade, tantas vezes transitórias, tornam-se possibilidades concretas de realização de atividades profissionais ou carreiras desprovidas de sentido pessoal. A escolha pela pressão da sobrevivência, no imediatismo da satisfação de suas necessidades, cria condições favoráveis às denominadas relações “instrumentais”, como bem nos demonstra Ribeiro (2009). Quando “ser e fazer” não encontra *vinculo* pela trilha da história pessoal, perde-se o sentido de carreira como processo de construção identitária. Dados relevantes sobre o empreendedorismo da população jovem brasileira apontam que:

O empreendedorismo emergente colocado para o jovem brasileiro é voltado basicamente para a necessidade e para a sobrevivência. Segundo os dados do GEM 2007, somente

14% dos empreendedores por oportunidade são jovens, para uma proporção de 25% dos empreendedores por necessidade. Ou seja, o jovem está empreendendo mais por necessidade; é um jovem em busca de entrar no mercado de trabalho com necessidade de garantir sua sobrevivência, ser reconhecido, conhecer e construir sua identidade. (Greco et al, 2010).

Coutinho (1993) argumenta que o trabalho faz o papel de mediação entre o mundo subjetivo (do sujeito) e o mundo objetivo (real, concreto), podendo contribuir para o desencadeamento da alienação ou mesmo de distúrbios mentais. A relação entre estas dimensões é notadamente explorada em pesquisas sobre saúde mental e vida laboral (Dejours, 2004). Estudos sobre a psicopatologia do trabalho têm trazido contribuições sobre as implicações psicológicas destes fatores para a subjetividade, os quais transcendem às ponderações propostas neste artigo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mercantilização das relações de trabalho, notadamente acentuadas pela sociedade globalizada do consumo sem fronteiras, trouxe consideráveis mudanças na forma de dar sentido e realizar o trabalho. Como categoria formadora da consciência humana, a atividade e o trabalho transformam-se, recriam-se e estão na gênese de uma nova morfologia dos sujeitos. Como bem definiu Leontiev (1978), é no desenvolvimento sócio-histórico que a consciência humana se transforma qualitativamente e deve ser considerada, no seu devir e na relação direta com os modos de viver, dependentes das relações sociais e do lugar que o indivíduo ocupa nelas. As relações instrumentais, impessoais e efêmeras que se estabelecem entre sujeitos e suas carreiras

na contemporaneidade, baseadas nos paradigmas da sobrevivência, do imediatismo ou mesmo da competitividade parecem estar contribuindo para o surgimento de novas formas de violência e adoecimento psíquico. As implicações humanas, psicológicas ou sociais, advindas de um incontável contingente de sujeitos que protagonizam trabalhos e atividades sem “sentido” em suas histórias, ainda estão em intensa discussão. Estes atores sociais estão engrossando as fileiras de um exército global de empreendedores precarizados, como bem nos apontam recentes pesquisas. Nestes termos, futuros estudos poderão aprofundar em quais termos o fio condutor da vida ainda se mantém entre sujeito e trabalho na contemporaneidade. Ou mesmo, averiguar a relevância da relação SUJEITO-HISTÓRIA-TRABALHO para os processos constitutivos das subjetividades. A Psicologia Social do Trabalho, além de outros campos de estudo, pode aprofundar seus paradoxos e possibilidades. Este texto contribui, então, para introduzir esta idéia, originada da articulação do conceito de atividade e de sua compreensão no contexto da contemporaneidade. Seus desdobramentos podem alimentar ainda mais essa reflexão. Como “tiro de largada”, ele lança o enorme desafio de situar o fenômeno laboral, orientado nos referentes histórico-culturais, atualizando seu delineamento desde uma realidade cada vez mais fluida.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, R. (2006). *O caracol e sua concha: Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Aquino, C. A. B. (2007). Transformações do modelo industrial, “novos trabalhos” e nova temporalidade. *Psicologia e Sociedade*, 19, (1), 21-28.
- Bernal, A. O. (2010). *Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: Como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho*. Porto Alegre: Artmed.
- Borges, L. O.; Yamamoto, O. H. O mundo do trabalho. In: Zanelli, J. C., Borges-Andrade J. E., & Bastos, A. V. B. (2004). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Codo, W. (1984). Psicologia, trabalho e atividade. In S. Lane (Org.), *Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Coutinho, M. C. (1993). Subjetividade e trabalho. In D. H. P. S. Lucchiari (Org.), *Pensando e vivendo a orientação profissional*. São Paulo: Summus.
- Dejours, C. (2004, setembro/dezembro). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14 (3), 027-034.
- Dimatos, A. M. M. (1999). *Prazer no trabalho*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado em 11 julho, 2008: Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/1490.pdf>.
- Duarte, M. E. (2009, dezembro). Um século depois de Frank Parsons: Escolher uma profissão ou apostar na psicologia da construção da vida? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10 (2).
- Duarte, N. (2001). *Vigotski e o ‘aprender a aprender’: Crítica às apropriações neo-liberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. (2. ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Fittipaldi, C. B. (2006). A influência que as idéias marxistas exerceram sobre Vigotski. *Revista da educação*, 74-78.
- Giddens, A. (1994). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: Atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Greco, M. S. S; Friedlaender Junior, R.H; Duarte, E.C.V.G; Rissete, C.R; Félix, J.C;

- Macedo, M.M; Paladino, G. (2010). *Empreendedorismo no Brasil: 2010*. Recuperado em 26 de abril, 2011: http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/livro_gem_2010.pdf
- Grisci, C. L. I. (2002). Modos de experimentar o tempo no contexto da reestruturação bancária. In T. M. G. Fonseca (Org.), *Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: Um estudo de caso*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte Universitário.
- Leontiev, A. N. (1983). *Actividad, conciencia, personalidad*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.
- Libâneo, J. C. (1990). *Fundamentos teóricos e práticos do trabalho docente. Estudo introdutório sobre Pedagogia e Didática*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lopes, J. R. (2002, janeiro/junho). Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 14 (1), 7-27.
- Magge, B. (1999). *História da filosofia*. São Paulo: Edições Loyola.
- Marcondes, D. (2008). *Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (2011): *Brasil poderá ter um milhão de empreendedores em 15 dias*. Recuperado em 20 de abril, 2011: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: Trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Nascimento, A. F., Jr. (2000). Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. *Ciência e Educação*, 6 (2), 119-139.
- Overjero, A. B. (2010). *Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: Como enfrentar o assédio psicológico e o stress no trabalho*. Porto Alegre: Artmed.
- Ribeiro, M. A. (2009). A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira psicossocial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12 (2), 203-216.
- Savickas, M.L; Duarte, M.E; Lassance, M.C; Nota, L; Rossier, J; Dauwalder, J.P; Guichard, J; Soresi, S; Esboreck, R.V; Van Vianen, A.E.M. (2009) A construção da vida: um novo paradigma para entender a carreira no século XXI. *Revista interamericana de Psicologia*, vol. 44, num.2, pp. 392-406.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. (2008). *Mei – Micro empreendedor individual*. Recuperado em abril, 2011: <http://www.mundosebrae.com.br/2008/11/mei-micro-empreendedor-individual>
- Silva, M. F. S., & Aquino, C. A. B. (2004). *Psicologia social: Desdobramento e aplicações*. São Paulo: Escrituras Editora. (Coleção ensaios transversais).
- Soares, D. H. P., Krawulski, E., & Coutinho, M. C. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis. *Revista Psicologia e Sociedade*, 19.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Valsiner, J., & Veer, R. V. D. (1996). *Vygotsky uma síntese*. São Paulo: Edições Loyola.
- Vásquez, A. S. (1977). *Filosofia da praxis*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Pontes, 1989.